

RESENHA DO LIVRO “REIVINDICAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER”, DE MARY WOLLSTONECRAFT

Beatriz Serrapio Peres¹

Fernando de Britto Falci²

1. A AUTORA E SEU CONTEXTO

O século das luzes trouxe consigo pensadores que imaginavam ser possível reconstruir o mundo sobre bases racionais: o governo, as leis, a moral, a educação deveriam estar sob a égide da Razão ilustrada, em oposição às trevas da ignorância, do despotismo e da servidão. A *Reivindicação dos direitos da mulher* se encontra bojo desta mentalidade, lutando, contudo, para superar uma de suas contradições mais latentes, ao se perguntar qual seria o papel das mulheres nesse novo horizonte racional que os iluministas e mesmo os revolucionários franceses estavam construindo. O livro aqui resenhado parece ser uma das respostas a essa pergunta.

O próprio fato de ter sido escrito como uma resposta à Constituição da França revolucionária de 1791 (que excluiu as mulheres da cidadania) indica que a autora, longe de ser simplesmente “à frente de seu tempo”, buscava neste a oportunidade de expor e debater que as mulheres também deveriam ser sujeitos ativos da sociedade racional que estava sendo construída, ao invés de manter as amarras de gênero que, segundo a autora, não são baseadas na razão e consideram “as mulheres mais como fêmeas do que como criaturas humanas.”³

Essa crítica às limitações à liberdade que eram aceitas e justificadas pelos iluministas aparece também na ação prática de Wollstonecraft, quando esta além de debater publicamente o direito das mulheres, também participava do movimento abolicionista britânico.⁴

De acordo com Maria Lygia Quartim de Moraes sua experiência de vida foi, em parte, um dos fatores que a levaram para um pensamento crítico e a militância:

Como outras mulheres intelectuais e emancipacionistas, Mary enfrentou obstáculos de natureza variada no decorrer da vida. Sua infância foi prejudicada pela violência paterna; foi autodidata; enfrentou os limites sociais de seu tempo para conseguir autonomia financeira e sofreu os preconceitos moralistas com respeito a sua vida sexual e afetiva.⁵

¹ Graduanda em Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Graduando em Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

³ WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 25.

⁴ MORAES, Maria Lygia Quartim de. “Prefácio”. In. WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016, p.7.

⁵ *Idem*, p. 7.

Além destes percalços, a experiência como educadora também contribuiu para Wollstonecraft localizar em um ensino inclusivo e igual para as mulheres uma solução para a opressão a que elas estavam sujeitas. No mesmo período em que fundou sua escola, passou a conviver com parte da vanguarda artística e intelectual da Inglaterra e publicou seu primeiro ensaio sobre a importância da educação feminina, em 1787.

Para Moraes, “a *Reivindicação sobre os direitos da mulher* resulta tanto de uma trajetória de lutas militantes de Mary como de seus enfrentamentos contra a moral sexista e conservadora da época.⁶”

Wollstonecraft se colocou em uma situação paradoxal ao assumir uma posição de intelectual radical e iluminista. Sua obra reflete as grandes correntes de pensamento e as tensões vivenciadas em sua época, como a contraposição de dicotomias (público e privado, puritanismo e radicalismo, racionalismo iluminista e subjetividade romântica). Os mesmos valores que ela pretendia questionar condicionaram a sua trajetória pessoal e intelectual, como a precariedade de acesso à educação durante sua infância e adolescência.⁷

2. A RAZÃO E A MULHER COMO CRIATURA RACIONAL

A *Reivindicação* parte do pressuposto de que a mulher é uma criatura racional e, logo, sujeito de direitos. Esta ideia encontra base nos primados liberais clássicos que elevaram a racionalidade a principal critério de acesso a direitos. De acordo com Eric Hobsbawm, o liberalismo do século XVIII era

Rigorosamente racionalista e secular, isto é convencida da capacidade dos homens em princípio de compreender tudo e solucionar todos os problemas pelo uso da razão, e convencida também da tendência obscurantista das instituições (entre as quais incluíam o tradicionalismo e todas as instituições outras que o racional) e o comportamento irracionais.⁸

O livro, como dissemos acima, busca criticar limitações das teorias do século XVII no tocante as mulheres. E nesse quesito, a autora levanta que, mesmo sendo reconhecida a racionalidade das mulheres, a premissa não era levada a sua conclusão lógica: a que elas deveriam ter também direitos iguais. Para ela, “Os homens muitas vezes parecem empregar a razão para justificar certos preconceitos, assimilados quase sem saber como, em vez de procurar

⁶ *Idem*, p. 11.

⁷ MIRANDA, Anadir dos Reis. *Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1759-1797)*. 2010. p. 66-101. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

⁸ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 371.

desarraiga-los”. O resultado seria que pensadores buscam nos preconceitos o motivo para não levar o primado da igualdade de direitos a sua radicalidade.⁹

A autora critica Rousseau e outros pensadores, que defendem que a mulher deve ser submetida durante toda a vida a um controle severo denominado decoro. Para ela, isto equivale a negar-lhe a razão. Na relação conjugal, o homem é considerado como responsável e a mulher é reduzida à mera nulidade, como se tivesse que tomar emprestado a razão ao homem.

Wollstonecraft considera que o ser que cumpre os deveres de sua posição é independente. O primeiro dever de uma mulher é consigo mesma, como ser racional; o próximo, é o dever de mãe, dada a sua importância enquanto cidadãs. Na visão da autora, na sociedade futura, para que o homem cumpra as suas obrigações de cidadão, a sua esposa também deverá ser uma cidadã ativa.

Outro ponto defendido é que, mesmo que muitas mulheres sejam chamadas a cumprir seus deveres de esposa e mãe, há mulheres que podem perseguir planos mais amplos de independência. Em vez de serem governadas arbitrariamente, as mulheres deveriam ter representantes e participação nas deliberações do governo. Poderiam estudar a arte da cura e ser médicas e enfermeiras; estudar política; poderiam se dedicar a tarefas de várias espécies caso fossem educadas de maneira mais ordenada.

O casamento não seria uma fonte de subsistência, sem o qual a prostituição é alternativa. Wollstonecraft critica que os poucos empregos abertos às mulheres são servis. O governo é imperfeito ao não encorajar mulheres honestas e independentes a assumir posições respeitáveis. Casadas ou solteiras, as mulheres deveriam ter uma existência civil no estado, a fim de tornar sua virtude privada em um benefício público.¹⁰

Mary, logo, fez uma relação clara entre o trabalho no ambiente público (isto é, diretamente para a comunidade) e a emancipação feminina. Ela adianta em cem anos os argumentos de Friedrich Engels ao analisar a origem da família nuclear tipicamente burguês, segundo o qual a saída do trabalho feminino do âmbito privado (da casa) para o âmbito público seria a chave para emancipação feminina.¹¹

⁹ WOLLSTONECRAFT, p. 31-32.

¹⁰ *Idem*, p. 183-193.

¹¹ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 76-77.

Inclusive, ela reconhecia as diferenças sociais existentes e como estas afetavam as mulheres, especialmente no que tange ao trabalho. E dado o fato de que as mulheres trabalhavam já para sustentar suas famílias, ela observa que

Tenho visto virtude mais na classe baixa. Muitas mulheres pobres sustentam os filhos com o suor de sua fronte e mantêm unida a família que os vícios dos pais teriam dispersado; mas as mulheres nobres são indolentes demais para serem ativamente virtuosas, e são mais refreadas do que refinadas pela civilização.

Da mesma forma agiriam as mulheres da burguesia, que não teriam “outra que não copiar a moda da nobreza”.¹²

3. A EDUCAÇÃO E A REFORMA DE COSTUMES

Novamente, tentando imprimir uma nova radicalidade ao pensamento ilustrado, Mary aborda a questão da educação, como não apenas um meio de garantir um novo lugar social para as mulheres, mas também levar a humanidade a um novo patamar de esclarecimento e emancipação, em relação ao despotismo e o tradicionalismo.

A autora reconhece a maior força física dos homens, entretanto deixa claro que este não deve ser um argumento para mantê-las subjugadas. De fato, para ela, a falta de uma educação igualitária a dos homens e os diversos vícios e preconceitos da sociedade teriam contribuído para deixar as mulheres em um estado de “inferioridade.”

Insistirei unicamente que os homens acentuaram essa inferioridade, levando as mulheres para um patamar quase abaixo das criatura racionais. Deixemos espaço para que suas faculdades se desenvolvam e suas virtudes ganhem força e, então, decidiremos qual deve ser a posição do sexo feminino, por inteiro, na escala intelectual. Não obstante, devemos recordar que não peço um lugar para um pequeno número de mulheres ilustres.¹³

Neste sentido, a autora deixa claro que argumentos usados para denegrir a mulher foram criados pela própria sociedade sexista na qual elas se inserem. E para corrigir tais distorções a educação deveria ser disseminada para o conjunto do sexo feminino, sem limitações de classe. É com o objetivo de reformular o sistema educacional e não apenas com inserção das mulheres, repensando-o como um todo, desde a educação formal à informal, que a autora baseia suas propostas para a educação.

¹² *Idem*, p. 104-105.

¹³ *Idem*, p. 57.

Ela afirma que, mesmo nas escolas mais bem dirigidas, diversos maus hábitos são adquiridos. Critica também o tempo que se perde ensinando as crianças a recitarem o que não entendem, apenas para exhibições que alimentam a vaidade, pois não ensinam as crianças a falar fluentemente.

Mary Wollstonecraft afirma que os problemas na educação não poderão ser totalmente remediados enquanto os professores continuarem dependendo dos pais para sua subsistência. Ainda no campo das críticas ao ensino vigente, a autora destaca o confinamento que as crianças têm de suportar, em especial as meninas, que são reprimidas e intimidadas, o que prejudica o caráter. Como resultado, surge o que chama de “astúcia feminina”, que existirá enquanto as mulheres permanecerem escravas do poder. A autora censura também os hábitos que os meninos adquirem ao se confinarem muitos em um mesmo dormitório.

Assim, chega à conclusão de que ambos os sexos devem ser educados juntos, não apenas na privacidade das famílias, mas também em escolas públicas. A autora ainda pondera que, como o matrimônio é considerado o “cimento” da sociedade, toda a humanidade deve ser educada segundo o mesmo modelo. As mulheres nunca cumprirão suas obrigações plenamente, até que sejam ilustradas, livres e capazes de ganhar a própria subsistência.

Propõe-se que o governo institua escolas diurnas para idades específicas, nas quais meninos e meninas sejam educados juntos. Para as crianças menores, as escolas devem ser gratuitas e abertas a todas as classes, ou seja, juntaria também ricos e pobres. As crianças não deveriam ficar confinadas e as escolas teriam terrenos para a prática de exercícios, que seriam parte da educação.

Após os nove anos, a autora propõe uma educação em que os meninos e meninas ficariam juntos pela manhã e à tarde teriam atividades relacionadas ao aprendizado de tarefas (domésticas, ofícios mecânicos, etc). Os alunos de destaque poderiam ser enviados a outras escolas, para o estudo de ciências, história, política, de forma mais extensa, porém ainda mantendo meninas e meninos juntos. A educação conjunta promoveria um convívio respeitoso e sadio entre os sexos.

A autora ataca o costume de confinar as meninas ao aprendizado de tarefas domésticas, excluindo-as de todas as tarefas políticas e civis, o que impede que cumpram os seus deveres particulares. Outra ideia apoiada é tornar as crianças e jovens independentes dos mestres no que diz respeito às punições: deveriam ser julgados por seus colegas, o que fixaria na mente os princípios íntegros de justiça e teria melhor efeito sobre o temperamento.

Um objetivo da autora é reforçar a necessidade de se educar os dois sexos juntos, para que ambos se aperfeiçoem. Deveria também se evitar o modelo de internato: as crianças devem

dormir em casa, para que as afeições familiares se desenvolvam, e devem ser mandadas à escola, também, para que se relacionem com seus semelhantes.

O que vemos que a autora preconiza é uma combinação de educação pública e privada, sendo que o termo “educação privada” é utilizado para designar a educação recebida em casa, fora da escola. Este modelo de educação permitiria que mulheres exercitassem corpo e mente, obtendo a atividade mental necessária ao caráter maternal. Pois não se pode exigir que as mulheres sejam boas mães e esposas a menos que se tornem criaturas racionais e cidadãs livres.

14

4. COSTUMES E A SOCIEDADE PATRIARCAL

A questão dos costumes que prevaleciam na sociedade ocupa boa parte da *Reivindicação*. De fato, a crítica aos maus hábitos da sociedade patriarcal (tanto de homens como de mulheres) é transversal a quase todos tópicos abordados no texto. É dela que trataremos neste tópico.

O capítulo sete trata da modéstia, que a autora define de duas maneiras distintas: com a conotação de pureza da mente (relacionada a castidade) e com a conotação de simplicidade de caráter (em oposição à vaidade e a presunção). A modéstia leva um homem a não se valorizar mais do que devia.

A modéstia só seria alcançada pelas mulheres que desenvolverem sua razão. Para isso, deve-se desviar a atenção das tarefas que exercitem apenas a sensibilidade e dedicar-se a atividades intelectuais e a projetos humanos. A modéstia só aflora quando exercitamos o entendimento. A modéstia também é um efeito da castidade, a menos que esta seja apenas respeito pela opinião do mundo. A autora confere grande importância à chamada “reserva pessoal”, que seria uma espécie de auto respeito, para se alcançar a modéstia.

Neste ponto, é feita uma crítica ao confinamento de muitas mulheres em creches, escolas ou conventos, pois as mesmas tendem a desenvolver comportamentos inadequados. Conforme a autora, tudo tende a fazer com que as mulheres sejam habitualmente indolentes; e, como conselho, diz que “se realmente possuis modéstia, deveis lembrar que a posse da virtude é incompatível com a ignorância e a vaidade.”¹⁵

¹⁴ *Idem*, p. 205-230.

¹⁵ *Idem*, p. 159-170.

O capítulo oito trata do tema da moralidade, enfraquecida por noções sexuais ligadas à importância de uma boa reputação. A autora critica os conselhos sobre comportamento e os métodos para preservar boa reputação, inculcados no universo feminino. Principalmente entre as mulheres da alta sociedade, a maior preocupação é com as aparências, confundindo virtude com reputação.

Mary Wollstonecraft afirma que o respeito pela opinião do mundo tem sido colocado explicitamente como o principal dever da mulher. Assim, a autora cita o pensamento exposto por Rousseau na sua obra *Emílio*: “um homem seguro de sua própria boa conduta depende apenas de si mesmo e pode desafiar a opinião pública”. Ao contrário, uma mulher de bom comportamento “cumpre apenas metade de seu dever”: o que se pensa a seu respeito é tão importante quanto o que ela realmente é.

A autora pondera que as normas de comportamento e de reputação suplantam com demasiada frequência as obrigações morais. A atenção volta-se a uma única virtude, a castidade, que define se a mulher será considerada uma honrada (mesmo que negligencie outros deveres sociais). Observa, inclusive, que a primeira falta contra a castidade em uma mulher tem o poder radical de depravar seu caráter.

Na mesma proporção em que o cuidado com a reputação relativa à castidade é supervalorizado pelas mulheres, este é desprezado pelos homens, gerando dois extremos igualmente prejudiciais à moralidade.

A elevada estima pela reputação seria uma fonte de depravação feminina. As críticas da autora também se voltam a falta de castidade nos homens, como uma das causas da fragilidade e da depravação feminina, pois as mulheres assumiriam padrões de comportamento para satisfazer determinada classe de homens, tornando-se frágeis de corpo e mente.¹⁶

Estes efeitos perniciosos surgiriam das distinções naturais estabelecidas na sociedade aristocrática. Mary Wollstonecraft coloca que males e vícios da sociedade derivariam do elevado respeito que se confere à propriedade. O respeito, que deveria surgir dos talentos e virtudes, é propiciado pela obtenção de propriedade. Além disso, a riqueza e os títulos hereditários fomentariam hábitos indolentes.

Para que a moralidade se expanda na sociedade, deve-se estabelecer mais igualdade. A riqueza debilita tanto os homens quanto às mulheres, que são destes dependentes e fazem tudo em busca de recompensa monetária. As distinções de classes sociais corrompem as pessoas, pois a respeitabilidade não é associada ao cumprimento dos deveres, mas sim à posição social.

¹⁶ *Idem*, p. 171-182

Só se pode esperar a verdadeira virtude das mulheres quando estas adquirirem independência dos homens. O texto de Wollstonecraft dá grande importância ao que ela denomina de “afetos”, para a sedimentação da posição da mulher na sociedade. A cada afeto estariam unidos certos deveres e obrigações; e a verdadeira felicidade deriva dos afetos “bem regulados”. Como exemplo, ela cita a supervalorização da beleza, que por vezes leva algumas mulheres a negligenciar seus deveres de mãe, deixando de cultivar um afeto que a tornaria útil e feliz; bem como o fato de se incitar as mulheres a serem somente “agradáveis” aos homens. Um questionamento é como pode ser generoso quem não tem nada de seu, ou virtuoso quem não é livre.

As riquezas e as honras hereditárias são destrutivas para o caráter e as mulheres são mais limitadas por estas que os homens, pois estes ainda podem desenvolver, em algum grau, suas faculdades, como soldados ou homens de estado. Mas as mulheres estariam submetidas a servidão alimentada pela ignorância.¹⁷

Desta forma a autora vincula a luta pelos direitos das mulheres à luta geral contra a sociedade absolutista e pré-revolucionária, inclusive, lembramos, pelo fato do livro se tratar de uma crítica à Constituição oriunda da Revolução Francesa, que buscava mudar radicalmente a sociedade, mas não tocava na relação de dependência e subordinação feminina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto de Mary Wollstonecraft é considerado atual, pois, a despeito da situação diferente vivenciada pelas mulheres atualmente, a luta pela igualdade de gêneros e autonomia feminina ainda está em andamento. Sua importância é inquestionável, uma vez que a autora foi além do papel idealizado e imposto às mulheres na sociedade de sua época, dedicando-se à produção literária e sendo capaz de construir um discurso crítico da situação de subordinação a qual as mulheres estavam submetidas.

O livro deve ser lido no contexto em que foi criado: a mulher, na sociedade inglesa marcada pela ascensão dos ideais iluministas, estava em uma condição de opressão. Era excluída da educação formal e era totalmente dependente de pais, irmãos, marido, apesar de viver em um período histórico marcado pelos ideais de igualdade e liberdade. A autora foi capaz de problematizar os diversos fatores, tanto institucionais quanto culturais, que aprisionavam as

¹⁷ *Idem*, p. 183-194.

mulheres de sua época em uma identidade baseada na dependência econômica e psicológica em relação ao sexo oposto, na negação da razão e na fragilidade.

Para Wollstonecraft, um caminho para a emancipação feminina seria a educação. Por isso, um longo capítulo é dedicado a críticas ao modelo vigente, com diversas propostas para um sistema de educação igualitário para mulheres e homens, de base pública.

O texto também critica amplamente os costumes das mulheres da aristocracia, a negligência com que tratam os filhos e a educação destes, sua artificialidade, mas relaciona estes comportamentos ao fato de estarem em uma sociedade na qual praticamente a única forma de subsistência era o matrimônio. Portanto, a educação e os costumes femininos eram voltados para a supervalorização da beleza, em atrair e ser agradável ao sexo oposto, o que gerava o que classificou como “astúcia feminina”. A estas mulheres não era permitido o uso da razão, portanto, não eram livres.

O texto destaca, também, em vários momentos, as relações sociais corruptas vigentes na sociedade, na qual os indivíduos viviam sob aparências e eram valorizados pela posição que ocupavam e não por suas virtudes morais, sendo que as mulheres eram as mais prejudicadas e sensíveis a estas relações abusivas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

MIRANDA, Anadir dos Reis. **Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1759-1797)**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.generos.ufpr.br/files/61ce-dissertacao_anadir.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. Tradução de Ivania Pocinho Motta.